

**33. PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DE SEGUNDA EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICIENTE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA:**

Submete-se para ratificação do Executivo Municipal a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 22 de julho de 2021, relativa ao protocolo para a constituição da 2ª. equipa de intervenção permanente.

Tem informação circunstanciada do Sr. Vereador Altino Bessa, que faz parte integrante da minuta.



**BRAGA**  
Município

*Apur. À antepos. do  
Sendo Miguel. 26.07.22*

DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL



**Assunto:** PROTOCOLO PARA A CONSTITUIÇÃO DE 2ª EQUIPA DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E BENEFICIENTE DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA

Em maio de 2018 foi assinado o protocolo que possibilitou a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente (EIP) nos Bombeiros Voluntários de Braga.

Estas equipas têm a exclusiva missão de assegurar, em permanência, serviços de socorro às populações nos termos do artigo 2º da Portaria nº 1358/2007, de 15 de outubro, na redação atual.

Passados 4 anos da criação desta 1ª equipa, é inquestionável que a constituição desta equipa nos Bombeiros Voluntários de Braga, representou um aumento na operacionalidade do Corpo de Bombeiros e consequentemente na capacidade de socorro às populações pelo que, no seguimento da abertura de nova fase de candidatura, o Município de Braga prontamente remeteu à Associação Humanitária e Beneficiente dos Bombeiros Voluntários de Braga, a sua total disponibilidade para suportar, nos moldes previstos (50% dos encargos financeiros), a constituição de uma 2ª EIP.

Neste sentido, tenho a honra de propor ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, remeter para ratificação em reunião de Câmara, a assinatura do protocolo em anexo, bem como a dotação dos meios financeiros necessários, de forma possibilitar a entrada em funcionamento da EIP a 1 de outubro.

A transferência mensal correspondente à 1ª EIP é de €3 200.66, passando a partir de outubro a ser de €6 401.32.

**Assim, considerando ainda que:**

Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente no domínio da saúde, proteção civil e ambiente, nos termos do n.º 1 e das alíneas g), j) e k) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Encontram-se inseridas nas competências materiais da câmara municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o apoio as atividades de interesse para o município;

**A PREVENÇÃO COMEÇA EM CADA UM DE NÓS.**

Município de Braga/Divisão Municipal de Proteção Civil

Rua do Ferraz, 4700-380 Braga - Portugal

Tel.: + 351 253 20 28 61 e-mail: protecao.civil@cm-braga.pt

[www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio

Junto envio em anexo uma cópia do Protocolo para a implementação da 2ª EIP nos Bombeiros Voluntários de Braga, já homologado pelas devidas Entidades.

E não deixamos de agradecer, desde já e uma vez mais, a decisiva concordância do nosso Executivo Municipal, sem a qual esta homologação não seria possível.

Posto isto venho por este meio informar Vossa Excelência que é intenção da Associação que esta 2ª EIP inicie as suas funções no dia 1 de Outubro de 2021.

Informamos ainda que a ANEPC aprovou este calendário, esperando agora esta Associação que também seja este o seu entendimento.

Neste pressuposto, vimos então solicitar a Vossa Excelência que aprove que os 50% do custo desta nova EIP e que passam a ser suportados pela Câmara Municipal de Braga passem mensalmente a ser transferidos para a conta da Associação, à semelhança aliás com o que já vem acontecendo com a 1ª EIP.

Como o valor mensal correspondente à 1ª EIP é presentemente de €3 200.66, este valor duplica e com início em 1 de Outubro de 2021 passará então a ser de €6 401.32.

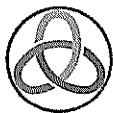
Esperando o melhor acolhimento desta nossa solicitação, apresentamos os melhores cumprimentos

Braga, 6 de Setembro de 2021

O Presidente da Direcção

António Miguel Fernandes Ferreira

Capitão



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL

c/c: Presidente da AHBV Braga  
Registo/AR

Exmo. Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Braga  
Praça do Município  
4700-435 Braga

E/40265/2021  
Balcão Único

DELEGADO PRESIDENTE	<input type="checkbox"/>
COORDINADOR	<input type="checkbox"/>
GAP	<input type="checkbox"/>
DMOSM	<input type="checkbox"/>
CMGAP	<input type="checkbox"/>
OP	<input type="checkbox"/>
DRH	<input type="checkbox"/>
DPCG	<input type="checkbox"/>
DSJC	<input type="checkbox"/>
DEISC	<input type="checkbox"/>
2107.civil	
N. DATA	Bomfeio C/L
2021-08-26	30/08/2021

V. REF.	V. DATA	N. REF.
		OF/8019/CDOS03/2021

**ASSUNTO** Protocolo – Condições de contratação e funcionamento das Equipas de  
Intervenção Permanente

Ex.mo Sr. Presidente,

Junto se remete exemplar do Protocolo de criação de EIP, devidamente assinado e homologado.

Com os melhores cumprimentos,

O Comandante Operacional Distrital

Hermenegildo Silvério Abreu

ANEXOS: Protocolo



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



Homologo

16/8/21  
p/ O Ministro da  
Administração Interna  
(Eduardo Cabrita)

**PROTOCOLO**  
**CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS**  
**EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE**

*Patricia Gaspar*  
Secretária de Estado  
da Administração Interna

Considerando que,

O n.º 5 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 248/2012, de 21 de novembro, prevê que, nos municípios em que se justifique, os corpos de bombeiros voluntários ou mistos detidos pelas associações humanitárias de bombeiros podem dispor de equipas de intervenção permanente (EIP), cuja composição e funcionamento é definida pela Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual.

No âmbito do objetivo “Melhorar a eficiência da proteção civil e as condições de prevenção e socorro” do Programa do XXI Governo Constitucional, prevê-se a melhoria e eficiência da proteção civil e das condições de prevenção e socorro face a acidentes e catástrofes, designadamente mediante a valorização das associações e dos corpos de bombeiros voluntários, enquanto verdadeiros pilares do sistema de proteção e socorro, através do reforço dos incentivos ao voluntariado, do apoio ao funcionamento e ao equipamento e do pleno aproveitamento das capacidades operacionais e de comando.

Por outro lado, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de Outubro veio consagrar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate aos incêndios florestais e que se estendem a outras áreas de proteção e socorro.

Neste âmbito, é valorizada e reforçada a profissionalização dos operacionais promovendo o desenvolvimento gradual, entre outras, das Equipas de Intervenção Permanente em parceria com os municípios e com as associações humanitárias de bombeiros garantindo prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens.

A Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual, dispõe que as condições de contratação e funcionamento da EIP são estabelecidas em protocolo a subscrever entre a ANEPC, a respetiva câmara municipal e a associação humanitária de bombeiros.

Entre:

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), pessoa coletiva nº 600082490, com sede na Avenida do Forte, 2794-112 Carnaxide, neste ato devidamente representada pelo Presidente, Brigadeiro-General José Manuel Duarte da Costa;

o

Município de Braga, pessoa coletiva nº 506901173, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, neste ato devidamente representado pelo, Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio;

e

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga, pessoa coletiva nº 501143637, com sede no Largo Paulo Orósio - 4700-036 Braga, neste ato devidamente representado pelo, Presidente da Direção, António Miguel Fernandes Ferreira.

É celebrado o presente protocolo que se rege nos termos e condições das cláusulas seguintes:



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



#### **Cláusula Quinta (Direitos dos elementos da EIP)**

1. A remuneração base mensal é estabelecida em 750,26 € (setecentos e cinquenta euros e vinte e seis ~~cêntimos~~ <sup>cêntimos</sup>) ilíquidos, correspondente ao nível 6 da tabela remuneratória única aplicável à Administração Pública, sendo atualizável anualmente na mesma percentagem do aumento que se verificar para os salários dos trabalhadores da Administração
2. O pessoal contratado tem direito a subsídio de férias e de Natal, de montante equivalente à remuneração base ou ao seu proporcional, de acordo com a legislação em vigor, pago com o vencimento dos meses de Junho e Novembro, respetivamente.
3. É devido subsídio de refeição pelos dias de prestação de serviço efetivo, no montante equivalente ao estabelecido para a função pública e que no presente ano económico é de 4,77€ (quatro euros e setenta e sete ~~cêntimos~~ <sup>cêntimos</sup>) por dia.
4. Relativamente ao elemento que exerça funções de chefia da EIP, é devido um suplemento mensal, correspondente a 25% sobre o valor base referido no n.º 1 desta Cláusula.
5. A atribuição do suplemento de chefia depende do exercício efetivo das funções.
6. Sobre o vencimento mensal são efetuados os descontos legalmente previstos.

#### **Cláusula Sexta (Obrigações das partes)**

1. Compete à AHBV de Braga,
  - a) Celebrar os contratos individuais de trabalho, nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual;
  - b) Celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho relativo ao pessoal contratado;
  - c) Proceder ao processamento e pagamento dos vencimentos ao pessoal contratado, nos termos da lei;
  - d) Efetuar o pagamento das contribuições definidas por lei junto das entidades competentes;
  - e) Facultar à ANEPC e ao Município de Braga, todos os elementos e informações necessárias, relativamente ao pessoal contratado e à execução dos contratos.
  - f) Garantir a disponibilidade de um piquete constituído por um número mínimo de 5 (cinco) bombeiros, através do recrutamento de elementos voluntários, para assegurar as missões de socorro previstas nesta cláusula, fora dos períodos de funcionamento da EIP, de acordo com o previsto nos artigos 5.º e 6.º da Portaria n.º 1358/2007, de 15 de outubro, na sua redação atual.
2. As partes obrigam-se ainda a facultar mutuamente toda a informação que possa ter relevância para boa execução do presente Protocolo.
3. A ANEPC e o Município de Braga participam em partes iguais nos custos decorrentes da remuneração dos elementos da EIP, atribuindo à AHBV de Braga, mensalmente e a título de subsídio, por cada elemento contratado, o respetivo valor, bem como demais encargos relativos ao regime de segurança social e seguros de acidentes de trabalho.
4. A ANEPC não suporta quaisquer outros encargos suplementares, para além do estritamente previsto neste Protocolo.



AUTORIDADE NACIONAL  
DE EMERGÊNCIA E PROTEÇÃO CIVIL



**Cláusula Décima-Segunda  
(Entrada em vigor)**

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da homologação.

Feito em quadruplicado, destinando-se um exemplar a cada uma das partes e outro à entidade homologante.

Mação, 23 de julho de 2021

**O Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil**

\_\_\_\_\_  
José Manuel Duarte da Costa

**O Presidente da Câmara Municipal de Braga**



\_\_\_\_\_  
Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

**O Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Braga**



\_\_\_\_\_  
António Miguel Fernandes Ferreira